



CÓD: SL-020JH-22
7908433223313

PRATICANDO

600 QUESTÕES GABARITADAS

DIREITO ADMINISTRATIVO



ÍNDICE

1. Conceitos - Direito Administrativo Estado, Governo E Administração Pública	5
2. Atos Administrativos	17
3. Bens Públicos	27
4. Contratos Administrativos	39
5. Licitações	49
6. Controle Da Administração Pública	59
7. Organização Administrativa	71
8. Agentes Públicos (Servidores)	83
9. Serviços Públicos	93
10. Poderes Da Administração Pública	105
11. Regime Jurídico-Administrativo	117
12. Responsabilidade Civil Do Estado	129

6. (CESPE - 2019 - CGE - CE - AUDITOR DE CONTROLE INTERNO - FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL)

O Estado-rede caracteriza-se por

- (A) concentrar o poder decisório em órgãos federais.
- (B) promover a departamentalização de suas políticas públicas.
- (C) fortalecer a centralidade de atividades meio.
- (D) compartilhar a autoridade com uma série de instituições.
- (E) implementar processos decisórios hierárquicos.

7. (CESPE - 2018 - SEFAZ-RS - TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL - PROVA 2)

O direito administrativo é formado por muitos conceitos, princípios, elementos, fontes e poderes. As principais fontes formais do direito administrativo, segundo a doutrina majoritária, são

- (A) os princípios gerais de direito, a jurisprudência, a lei e os atos normativos da administração.
- (B) os costumes, a lei e os atos normativos da administração.
- (C) a Constituição, a lei e os costumes.
- (D) a doutrina, a jurisprudência e a Constituição.
- (E) a Constituição, a lei e os atos normativos da administração pública.

8. (CESPE - 2018 - SEFAZ-RS - TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA ESTADUAL - PROVA 2)

Uma vez que o direito administrativo brasileiro foi influenciado pelo direito estrangeiro, é correto afirmar que exprime a força do direito alemão no direito administrativo pátrio

- (A) a submissão da administração pública ao controle jurisdicional.
- (B) o conceito nacional de serviço público.
- (C) o conceito nacional de autarquia e de entidade paraestatal.
- (D) a forma de aplicação do princípio da segurança jurídica.
- (E) o mandado de segurança.

9. (CESPE - 2018 - TCE-MG - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - DIREITO)

As tarefas precípuas da administração pública incluem

- (A) a prestação de serviços públicos e a fiscalização contábil.
- (B) a realização de atividades de fomento e a prestação de serviços públicos.
- (C) a rejeição normativa e a aprovação orçamentária.
- (D) o incentivo setorial e a solução de conflitos normativos.
- (E) o exercício do poder jurisdicional e do poder de polícia.

10. (CESPE - 2018 - TCE-MG - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - DIREITO)

Considerando a origem, a natureza jurídica, o objeto e os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo, assinale a opção correta.

- (A) No direito administrativo, adota-se o modelo francês de jurisdição como forma de controle da administração.
- (B) O direito administrativo disciplina direitos consolidados e estáveis.
- (C) O objeto do direito administrativo é o estudo da função administrativa.
- (D) O direito administrativo é ramo recente do direito e a aplicabilidade da legislação a ele pertinente restringe-se ao Poder Executivo.
- (E) As leis e normas do direito administrativo encontram-se consolidadas em código específico.

11. (CESGRANRIO - 2019 - UNIRIO - ADMINISTRADOR)

Na evolução da Administração Pública em diversos contextos mundiais, há um elemento fundamental que baliza o entendimento da necessidade da superação do patrimonialismo.

É uma característica central do patrimonialismo

- (A) contratar pessoal com base em regras explícitas que garantam igualdade formal.
- (B) definir racionalmente funções e responsabilidades por leis ou regulamentos.
- (C) manter a sobreposição da esfera pessoal, privada e familiar frente à esfera pública e ao trabalho.
- (D) organizar, de forma estável e duradoura, grande número de prestadores de serviços, cada qual com uma função especializada.
- (E) separar formalmente a função das características pessoais do indivíduo que a ocupa.

12. (CESGRANRIO - 2014 - FINEP - ASSISTENTE - APOIO ADMINISTRATIVO)

Para muitos teóricos, o Bem comum só se realiza no âmbito do Estado. Nesse sentido, Bem comum é entendido como

- (A) o que se define por meio da Técnica Administrativa.
- (B) o que se determina exclusivamente por meio da Gestão Operacional.
- (C) o que se almeja alcançar em vista da realização pessoal.
- (D) o fim último da Administração Pública.
- (E) um objetivo secundário da Administração Pública.

13. (CESGRANRIO - 2014 - FINEP - ASSISTENTE - APOIO ADMINISTRATIVO)

Alguns filósofos formularam teorias que pensam o papel do Estado segundo o “contrato social”. Trata-se de supor como hipótese a passagem de um momento da humanidade no qual os indivíduos se relacionam uns com os outros sem o intermédio das leis positivas para o momento posterior em que haja um governo político arbitrando a convivência humana.

Supõe-se assim que essa passagem de um estado de natureza para um estado civil seja operada por um contrato ou pacto originário, não se tratando de uma descrição histórica de como surgiram as organizações políticas atuais, mas sim de um argumento político que visa a demonstrar como a autoridade política de um governo e de seus servidores deve sua legitimidade, fundamentalmente,

- (A) a um ato de violência
- (B) a um consentimento
- (C) à autoridade divina
- (D) à luta de classes
- (E) ao desenvolvimento econômico

14. (CESGRANRIO - 2012 - EPE - ANALISTA DE GESTÃO CORPORATIVA - ADMINISTRAÇÃO GERAL)

De acordo com Heli Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 1999), o controle na Administração Pública é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um poder, órgão ou autoridade exercem sobre a conduta funcional de outro.

Em relação aos conceitos, tipos e normatização sobre controles na Administração Pública, considere as afirmações abaixo.

I - A eleição periódica de governantes pode ser considerada uma forma de controle.

II - Os controles internos são também chamados de controles horizontais, e os externos, de verticais.

III - Todos os poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – devem prestar contas aos Tribunais de Contas.

IV - Todos os poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – exercem alguma forma de controle uns sobre os outros.

São corretas as afirmações

- (A) I e III, apenas
- (B) II e IV, apenas
- (C) I, II e III, apenas
- (D) II, III e IV, apenas
- (E) I, II, III e IV

15. (ESAF - 2016 - ANAC - ANALISTA ADMINISTRATIVO - ÁREA 1)

A respeito de Estado, governo e sociedade, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F). Ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta.

() O Estado brasileiro, ao longo de sua história, passou por três modelos de gestão (Administração Pública Patrimonialista, a Burocrática e a Gerencial). Isso aconteceu sem que houvesse um rompimento com algumas práticas do modelo substituído. Portanto, hoje, o país vive um Modelo Gerencial, apoiado na burocracia, com certa flexibilidade, mas com fortes traços de patrimonialismo.

() A estrutura organizacional do Estado brasileiro se divide em três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e em três níveis (União, Estados-membros e municípios). Mesmo em Modelo de Administração Gerencial fortemente burocratizado, o Estado consegue atender bem as demandas da sociedade brasileira, principalmente nas áreas de educação, saúde e transporte.

() O aparelho do Estado é constituído pelo governo, isto é, pela cúpula dirigente nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), por um corpo de funcionários e pela força militar. O Estado, por sua vez, é mais abrangente que o aparelho, pois compreende adicionalmente o sistema constitucional-legal, que regula a população nos limites de um território.

() A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

() O paradigma gerencial contemporâneo, fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização da decisão, exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções e incentivo à criatividade, o que não contrapõe o formalismo e o rigor técnico da burocracia.

- (A) V, V, V, F, F
- (B) V, F, V, F, F
- (C) V, F, V, V, F
- (D) V, V, F, F, V
- (E) V, F, F, V, V

(C) dominical, porque tem uma destinação pública específica dirigida a toda coletividade.

(D) afetado, porque não tem uma destinação pública específica, ficando a cargo do Secretário estadual definir quais serviços serão prestados pelos agentes lotados no órgão.

(E) desafetado, porque tem uma destinação pública específica, ficando a cargo do Secretário estadual lotar os servidores públicos em cada setor do órgão.

4.(CPCON UEPB - AUXILIAR (PREF SOUSA)/GESTÃO/2022)

O conjunto de bens, direitos e obrigações formam o patrimônio de uma pessoa física ou jurídica. Quantitativamente, pode ser representado pelo somatório dos bens e direitos (ativo) menos as obrigações (passivo). Com relação aos bens públicos, eles são formados por bens de qualquer natureza que sejam de interesse para a Administração Pública e para a população.

Associe as duas colunas, relacionando as divisões em categorias dos bens públicos à sua definição.

1. Uso Comum	() São os bens que constituem o patrimônio de pessoas jurídicas de direito público e são considerados para efeito de escrituração e registro contábil.
2. Uso Especial	() Bens que são destinados ao uso indistinto de toda a população, de forma direta e imediata, em caráter comunitário.
3. Dominicais	() Bens que são destinados à prestação de um serviço público. São disponibilizados à população com a intermediação da gestão pública

A sequência CORRETA dessa associação é:

(A) (2), (3), (1).

(B) (2), (1), (3).

(C) (3), (2), (1).

(D) (3), (1), (2).

(E) (1), (3), (2).

5.(CPCON UEPB - AUXILIAR (PREF SOUSA)/GESTÃO/2022)

Marque a alternativa CORRETA que apresenta exemplo de um bem de uso especial na categoria de bens públicos:

(A) Praça.

(B) Rua.

(C) Estrada.

(D) Caixa (numerário).

(E) Universidade.

6.(FGV - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Em matéria de classificação do bem público quanto à sua destinação, uma Delegacia de Polícia Civil situada no Centro da cidade de Manaus é classificada como bem

(A) de uso especial, que é utilizado para prestação de serviço público pelo Estado aos cidadãos.

(B) de uso comum do povo, que é utilizado ou colocado à disposição de toda população.

(C) dominical, que é utilizado no serviço de segurança pública oferecido pelo Estado aos cidadãos.

(D) desafetado, que é usado com a finalidade específica de prestação de serviço público pelo Estado aos cidadãos.

(E) de uso extraordinário, que é utilizado ou colocado à disposição de toda população.

7.(GUALIMP - FISCAL TRIBUTÁRIO (PREF CARMO)/2022)

Qual opção se refere a bem público dominical?

(A) Estrada.

(B) Terra devoluta.

(C) Prefeitura.

(D) Hospital Municipal.

8.(INSTITUTO MAIS - RESIDÊNCIA (PREF SP)/JURÍDICA/2022)

Sobre bens públicos, assinale a alternativa correta.

(A) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

(B) São bens públicos de uso especial os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

(C) O uso comum dos bens públicos não pode ser retribuído, devendo obrigatoriamente ser gratuito.

(D) Os bens públicos de uso comum do povo podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

(E) São bens públicos dominicais os rios, mares, estradas, ruas e praças.

9.(UNIRV - PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE/2022)

Examine as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, a menos que desafetados, nos termos da lei.

II – São bens públicos municipais, além de outros: as ruas, as praças e os imóveis onde se encontram instaladas as repartições públicas municipais.

III – Os bens dominicais, aqueles sem utilidade pública específica, integram o patrimônio público indisponível.

IV – São requisitos para a alienação dos bens públicos móveis, cumulativamente: existência de interesse público devidamente justificado; avaliação prévia e realização de licitação na modalidade concorrência.

- (A) () Todas as assertivas estão corretas.
- (B) () Somente as assertivas I e II estão corretas.
- (C) () Somente as assertivas I e III estão corretas.
- (D) () Somente as assertivas II e III estão corretas.

10.(AMAUC - ADVOGADO (PREF IPUMIRIM)/2021)

Marque a assertiva correta acerca de bens públicos:

- (A) As terras devolutas pertencem, em regra, à União.
- (B) Bens públicos podem ser classificados, conforme o Código Civil, como comuns, especiais, prioritários e dominicais.
- (C) O prédio destinado para uso exclusivo de uma Escola de Educação Básica é considerado um bem público comum.
- (D) Todas as ilhas oceânicas e costeiras são bens da União.
- (E) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

11.(UNIFIL - ASSISTENTE (PREF MC RONDON)/ADMINISTRATIVO/2021)

São aqueles que, embora integrando o domínio público como os demais, deles diferem pela possibilidade sempre presente de serem utilizados em qualquer fim ou mesmo alienados pela Administração, se assim o desejar. Trata-se dos

- (A) bens de uso comum do povo ou do domínio público.
- (B) bens de uso especial ou do patrimônio administrativo.
- (C) bens dominicais ou do patrimônio disponível.
- (D) bens patrimoniais indisponíveis.

12.(IDIB - ANALISTA LEGISLATIVO (CM PLANALTI-NA)/CONTROLADOR INTERNO/2021)

Assinale a alternativa que trata de bens públicos de uso especial.

- (A) viaturas policiais e ambulâncias
- (B) estradas e rios
- (C) praças e ciclofaixas
- (D) mares e rios

13.(OBJETIVA CONCURSOS - FISCAL TRIBUTÁRIO (PREF HORIZONTINA)/2021)

Segundo DI PIETRO, sobre os bens públicos, analisar os itens abaixo:

I. Não se incluem, entre os bens públicos, os pertencentes às pessoas jurídicas de direito público.

II. Rios, mares, estradas, ruas e praças são considerados bens de uso comum do povo.

III. São considerados bens de uso especial os edifícios destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, exceto os de suas autarquias.

Está(ão) CORRETO(S):

- (A) Somente o item I.
- (B) Somente o item II.
- (C) Somente os itens I e II.
- (D) Somente os itens I e III.
- (E) Todos os itens.

14.(FAU UNICENTRO - OFICIAL ADMINISTRATIVO (CM LIDIANÓPOLIS)/2021)

Bens Públicos são todas as coisas materiais ou imateriais, móveis ou imóveis, cujos titulares são as pessoas jurídicas de direito público ou as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. Sobre bens públicos, sua classificação e caracterização é INCORRETO:

(A) Os bens públicos de uso comum são aqueles destinados ao uso comum e geral de toda a comunidade, tais como os rios, os mares as estradas, ruas e praças. Há uma destinação específica ao uso coletivo.

(B) Os bens públicos de uso especial destinam-se a prestação de serviço administrativo, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviços ou estabelecimento da administração federal, estadual, distrital ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas. São bens vinculados ao exercício de alguma atividade administrativa ou ao uso especial coletivo, de que são exemplos os veículos oficiais, prédios públicos, bens tombados, bibliotecas públicas, escolas públicas, universidades públicas, teatros públicos, museus e outros estabelecimentos abertos à visitação pública.

(C) Os bens públicos dominicais constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real, de cada uma dessas entidades. Os bens públicos dominicais ou dominiais não tem destinação específica. Estão dentro do patrimônio disponível do Estado, compreendendo os bens móveis ou imóveis, corpóreos ou incorpóreos. São exemplos as terras devolutas, os terrenos de marinha e seus acrescidos e os terrenos reservados e acrescidos quando não vinculados a destino público específico.

6. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-CE - PROCURADOR DO ESTADO)

Em determinada agência reguladora federal, foi recentemente empossado um ouvidor e este pediu ao órgão jurídico assessoramento acerca do seu correto âmbito de atuação.

Nessa situação hipotética, conforme a legislação a ela pertinente, o ouvidor

(A) atuará sem subordinação hierárquica, podendo, excepcionalmente, exercer a função de controlador interno da agência, observada, em qualquer caso, a segregação de funções.

(B) terá mandato de cinco anos, vedada a recondução, no curso do qual somente perderá o cargo em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou condenação em processo administrativo disciplinar.

(C) deverá acompanhar o processo interno de apuração de denúncias e reclamações dos interessados contra a atuação da agência e os pedidos de acesso à informação.

(D) terá acesso a todos os processos da agência reguladora.

7. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

As fundações públicas originariamente foram concebidas como entes

(A) da administração indireta, pessoa jurídica de direito privado, para promover desconcentração administrativa.

(B) da administração direta, pessoa jurídica de direito público, para promover descentralização administrativa.

(C) da administração direta, pessoa jurídica de direito público, para promover desconcentração administrativa.

(D) da administração indireta, pessoa jurídica de direito público, para promover descentralização administrativa.

(E) da administração indireta, pessoa jurídica de direito privado, para promover descentralização administrativa.

8. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

A função social da empresa pública e da sociedade de economia mista da União compreende

(A) estabelecimento de práticas de governança corporativa.

(B) execução de atividades típicas da Administração Pública que requeiram gestão descentralizada.

(C) cumprimento de requisitos de transparência pública.

(D) gerência do patrimônio dos entes federativos, sem fins lucrativos.

(E) razões de interesse coletivo ou segurança nacional.

9. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO)

Na administração pública federal, a administração direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da

(A) Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

(B) Presidência da República e dos ministérios, apenas.

(C) Presidência da República, dos ministérios e das autarquias, apenas.

(D) Presidência da República, dos ministérios, das autarquias e das fundações públicas, apenas.

(E) Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas, apenas.

10. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-MS - PROCURADOR DO ESTADO)

Muito embora cada setor regulado conte com suas peculiaridades, a Lei n.º 13.848/2019 surgiu como instrumento uniformizador da forma e dos instrumentos de atuação dos agentes reguladores, consagrando elevada autonomia decisória desses agentes frente à administração direta. Nesse sentido, à luz da Lei n.º 13.848/2019, assinale a opção correta com referência à autonomia e transparência das agências reguladoras.

(A) A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de subordinação hierárquica, autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, pela investidura a termo de seus dirigentes e a estabilidade durante os mandatos, estando ela sujeita apenas à tutela ministerial, que não a sujeitará a interferência nas suas competências finalísticas.

(B) Quando uma agência pública submeter a consulta pública minutas e propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços, competirá ao órgão responsável no Ministério da Economia opinar, quando considerar pertinente, sobre os respectivos impactos regulatórios.

(C) Uma das características da autonomia administrativa conferida à agência reguladora é a possibilidade de encaminhar diretamente ao Congresso Nacional sua proposta orçamentária, ouvido previamente o Ministério da Economia.

(D) É facultado à agência reguladora adotar processo de delegação interna de decisões regulatórias, sendo assegurado ao diretor-presidente ou ao presidente do conselho diretor, ad referendum da diretoria colegiada ou do conselho diretor, o direito de reexame das decisões delegadas.

(E) As reuniões deliberativas envolvendo matéria regulatória e administrativa do conselho diretor ou da diretoria colegiada da agência reguladora serão públicas e divulgadas por meio eletrônico.

11. (CESGRANRIO - 2018 - LIQUIGÁS - PROFISSIONAL JÚNIOR - ADMINISTRAÇÃO)

Considerando as características dos entes que compõem a administração pública indireta, uma das diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista baseia-se na

- (A) estrutura de propriedade
- (B) criação por meio de lei
- (C) regras de admissão de pessoal
- (D) personalidade jurídica privada
- (E) possibilidade de falência

12. (CESGRANRIO - 2016 - UNIRIO - MÉDICO - CLÍNICA MÉDICA)

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece em seu Artigo 198 três diretrizes segundo as quais devem ser organizadas as ações e serviços públicos de saúde. As diretrizes são as seguintes:

- (A) descentralização; atendimento integral; participação da comunidade
- (B) direção única; prioridade para ações preventivas; regionalização do sistema
- (C) rede regionalizada e hierarquizada; atendimento integral; participação da comunidade
- (D) direção tripartite em cada esfera de governo; descentralização e hierarquização dos serviços, participação da comunidade
- (E) descentralização; prioridade para ações preventivas; serviços organizados em redes assistenciais

13. (ESAF - 2016 - FUNAI - CONHECIMENTOS GERAIS)

Assinale a opção que não retrata uma característica da autarquia.

- (A) Os seus bens são públicos.
- (B) A sua criação ocorre por meio de lei complementar.
- (C) Em regra, suas contratações devem ser feitas mediante licitação.
- (D) Há necessidade de concurso público para seleção de seus trabalhadores.
- (E) Possui personalidade jurídica.

14. (ESAF - 2016 - ANAC - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL)

As agências reguladoras federais, como autarquias especiais, possuem características diferenciadas das demais autarquias federais. Analise as assertivas abaixo, escolhendo a opção correta.

I. As agências reguladoras são submetidas ao controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), mas não são obrigadas à prestação de contas convencional aos órgãos de controle interno.

II. A ANAC, por ser uma agência reguladora e gozar de independência administrativa, não se submete ao controle do Tribunal de Contas da União, especialmente no que se refere a procedimentos licitatórios no setor de aquisições e compra de serviços para a aviação civil.

III. A independência política das agências reguladoras é decorrente da nomeação de sua diretoria pelo Poder Executivo, após aprovação do Senado Federal, para o exercício de mandatos fixos e não coincidentes.

- (A) Todas são verdadeiras.
- (B) Somente a III é verdadeira.
- (C) Todas são falsas.
- (D) Somente a II e a III são verdadeiras.
- (E) Somente a I, II e III são verdadeiras.

15. (ESAF - 2016 - ANAC - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL)

Assinale a opção correta.

- (A) O poder das agências de regular determinado segmento de mercado inclui-se no poder regulamentar conferido ao Poder Executivo.
- (B) Na definição das potestades conferidas às agências reguladoras, inclui-se a definição e a formulação de políticas públicas.
- (C) Atividades que envolvem o exercício do poder de polícia com a aplicação de sanções não podem ser atribuídas, nem mesmo por lei, a pessoas jurídicas de direito privado, portanto a atividade regulatória pressupõe o exercício por pessoa jurídica de direito público.
- (D) A autarquia pode ser desqualificada de agência reguladora caso ela descumpra exigências estabelecidas na legislação ou no contrato de gestão.

6.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA MINISTERIAL (MPC TCE-PA)/COMUNICAÇÃO SOCIAL/2019)

No que concerne aos agentes públicos, assinale a opção correta.

- (A) Um particular que exerce função pública, mesmo que sem remuneração e sem vínculo empregatício, atua como agente público.
- (B) Os agentes políticos restringem-se aos integrantes do Poder Legislativo da União, dos estados e dos municípios, eleitos periodicamente para mandatos temporários.
- (C) Considera-se agente público somente aquele que ocupa cargo ou emprego público.
- (D) Servidor público temporário não possui vínculo com a administração pública, mas exerce função relevante para ela.
- (E) O conceito de agente público é rígido, na medida em que obedece a rol taxativo previsto em lei específica.

7.(VUNESP - AGENTE ADMINISTRATIVO (CAMPINAS)/2019)

O exercício da função pública, que é cometida ao órgão ou à própria entidade, é realizado por pessoas físicas: agentes públicos. Assim, considera-se toda vinculada, ao exercício de função pública.

Assinale a alternativa que, correta e respectivamente, preenche as lacunas.

- (A) servidor público ... pessoa física ou jurídica ... definitivamente
- (B) órgão público ... pessoa física ou jurídica ... definitivamente
- (C) agente público ... pessoa física ... definitiva ou transitoriamente
- (D) agente público ... pessoa jurídica ... definitivamente
- (E) órgão público ... pessoa jurídica ... transitoriamente

8.(VUNESP - GESTOR DE CONTRATOS (PREF GUARATINGUETÁ)/2019)

Medusa assumiu um cargo público e deu início às atividades pertinentes às funções do seu cargo, praticando diversos atos administrativos que afetaram direitos de terceiros. Todavia, depois descobriu-se que Medusa havia falsificado o diploma de curso superior exigido para a posse do cargo público que assumiu. Nessa situação hipotética, é correto afirmar que Medusa é considerada como

- (A) agente falso, e os atos por ela praticados são considerados nulos.
- (B) agente de direito, e os atos por ela praticados são válidos.
- (C) agente putativo, e os atos praticados por ela são inválidos.
- (D) agente de fato, e os atos praticados por ela são válidos.
- (E) agente de direito, e os atos praticados por ela são anuláveis.

9.(VUNESP - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ SP)/PROVIMENTO/2018/11º)

Com relação aos agentes públicos, é correto afirmar:

- (A) os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas são agentes públicos.
- (B) as pessoas jurídicas podem ser agentes públicos.
- (C) a regência pela legislação trabalhista exclui a situação jurídica de agente público.
- (D) todos os agentes públicos são regidos pelo regime estatutário.

10.(FCC - CONSULTOR LEGISLATIVO (CL DF)/CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA/2018)

O conceito de agente público na extensão a este atualmente conferida pela Constituição da República, predica que

- (A) os militares, a partir da edição da Emenda Constitucional nº 20/98, não mais se enquadram na definição de agentes públicos, sujeitos que estão a regime jurídico próprio, diverso dos servidores públicos.
- (B) os particulares que atuam em colaboração com a Administração, tais como aqueles convocados para prestação de serviço eleitoral, são agentes públicos, na medida em que exercem função pública, embora não se enquadrem na categoria de agente administrativo.
- (C) são considerados agentes administrativos apenas os detentores de mandato eletivo e seus auxiliares diretos, também denominados agentes políticos, diversamente dos agentes públicos que detém vínculo funcional com a Administração, denominados servidores públicos.

(D) os ocupantes de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, assim como os temporários e os empregados públicos são considerados agentes administrativos, em contraposição aos ocupantes de cargo efetivo, cuja natureza do vínculo confere apenas a estes últimos a condição de agentes públicos.

(E) os agentes políticos ocupantes de cargo efetivo provido por meio de mandato eletivo não são considerados servidores públicos para fins previdenciários, embora se enquadrem na categoria de agentes administrativos.

11.(VUNESP - ASSESSOR JURÍDICO (PREF N ODESSA)/2018)

A respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

(A) Os conceitos de agentes públicos e servidores públicos se confundem, sendo tratados na doutrina como sinônimos.

(B) Os empregados públicos comissionados podem ser demitidos ad nutum, não possuindo a garantia da estabilidade.

(C) Enquanto não regulado o exercício do direito de greve pelos servidores públicos, a normatização é realizada casuisticamente pelo Poder Judiciário, em sede de dissídio coletivo.

(D) Possui direito subjetivo à nomeação o candidato aprovado em concurso público que componha o cadastro de reserva.

(E) O Edital é o meio adequado e suficiente para sujeitar candidato a cargo público a exame psicotécnico.

12.(FCC - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE TRANSPORTE (ARTESP)/DIREITO/I/2017 (E MAIS 1 CONCURSO))

O conceito de agente público, na amplitude decorrente das disposições da Constituição Federal após a edição da Emenda Constitucional nº 19/1998,

(A) inclui os militares, porém não mais na categoria de servidor público, sendo que aos mesmos somente são extensíveis as normas aplicáveis aos servidores expressamente indicadas na Constituição Federal.

(B) exclui os empregados públicos, contratados pelas entidades integrantes da Administração indireta pelo regime celetista.

(C) exclui os servidores temporários, contratados por tempo determinado, eis que exercem função, sem vinculação a cargo ou emprego público.

(D) exclui os agentes políticos, detentores de mandato eletivo, porém inclui seus auxiliares diretos, Ministros ou Secretários de Estado, ocupantes de cargos em comissão.

(E) inclui os particulares que atuam em colaboração com o Poder Público, com vínculo de requisição ou nomeação, porém exclui os que atuam em empresas concessionárias de serviços públicos.

13.(VUNESP - AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO (IPREF)/"B"/2016 (E MAIS 1 CONCURSO))

O conceito de agentes públicos abrange

(A) apenas o denominado servidor público, sujeito ao regime estatutário e ocupante de cargo público.

(B) exclusivamente os servidores estatutários e os empregados públicos, contratados sob o regime da legislação trabalhista.

(C) exclusivamente a pessoa física que presta serviços ao Estado, sem vínculo empregatício, com ou sem remuneração.

(D) apenas a pessoa física que exerce função política de governo, definida por dispositivo constitucional.

(E) toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta.

14.(CEBRASPE (CESPE) - AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO (TCE-PA)/ADMINISTRATIVA/2016)

No que concerne aos agentes públicos, julgue o próximo item.

A definição de servidor público, em sentido amplo, engloba os empregados públicos e servidores temporários.

() CERTO

() ERRADO

15.(CEBRASPE (CESPE) - AUXILIAR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO (TCE-PA)/ADMINISTRATIVA/2016)

No que concerne aos agentes públicos, julgue o próximo item.

Por manter com o Estado vínculo de natureza diferenciada, os militares não integram a categoria de agentes públicos.

() CERTO

() ERRADO

16.(INSTITUTO AOCP - SECRETÁRIO EXECUTIVO (UFFS)/2016)

Qual é a verba cujo valor a ser pago será definido levando-se em consideração a natureza e a complexidade da atividade, a formação acadêmica, a experiência comprovada ou outros critérios estabelecidos pelo órgão ou entidade?

(A) Gratificação por encargo de curso ou concurso.

(B) Adicional pela prestação de serviço extraordinário.

(C) Retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento.

(D) Outras, relativas ao local ou à natureza do trabalho.

(E) Investidura em cargo de comissão em órgão ou entidade diversa da de sua lotação.

(D) declarar a caducidade da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, se houver dano.

(E) declarar a caducidade da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após pagamento da indenização relativa aos bens reversíveis, descontado o valor das multas contratuais e de eventuais danos causados pela concessionária

5. (VUNESP - 2022 - PREFEITURA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP - PROCURADOR MUNICIPAL - EDITAL Nº 002) No tocante à concessão de serviço público, considerando a legislação que rege a matéria, é correto afirmar:

(A) a alteração da alíquota do imposto sobre a renda, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

(B) em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o contratado deverá buscar o seu restabelecimento por meio de ação revisional.

(C) é vedado ao poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias.

(D) as tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

(E) a tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão estabelecidas regularmente pelo poder concedente

6. (FUNDATEC - 2022 - PREFEITURA DE ESTEIO - RS - ADVOGADO - EDITAL Nº 02) Sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, assinale a alternativa correta, à luz do disposto na referida Lei.

(A) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, seletividade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

(B) A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas na Lei e no edital, vedada sua fixação no contrato.

(C) A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, inclusive impostos sobre a renda, comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

(D) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

(E) O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, exceto a arbitragem.

7. (OBJETIVA - 2022 - PREFEITURA DE VARGINHA - MG - PROCURADOR MUNICIPAL) Sobre serviços públicos, de acordo com DI PIETRO, analisar os itens abaixo:

I. É o Estado, por meio da lei, que escolhe as atividades que, em determinado momento, serão consideradas serviços públicos.

II. A noção de serviço público não permaneceu estática no tempo; ocorreu uma ampliação na sua abrangência, incluindo atividades de natureza comercial, industrial e social.

(A) Os itens I e II estão corretos.

(B) Somente o item I está correto.

(C) Somente o item II está correto.

(D) Os itens I e II estão incorretos.

8. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - MJSP - TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO)

Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) e acerca de parcerias público-privadas e princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

A continuidade dos serviços públicos é um princípio implícito na administração pública, embora não possua caráter absoluto.

() CERTO

() ERRADO

9. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - MJSP - TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO) Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) e acerca de parcerias público-privadas e princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

Determinado órgão público pretende celebrar parceria público-privada para contratação de prestação de serviços em que a administração pública será a usuária indireta. Nessa situação hipotética, haverá a concessão na modalidade administrativa, que deverá cumprir tempo e valor mínimos para sua execução, ambos previstos em lei.

() CERTO

() ERRADO

10. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - MJSP - TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO) Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) e acerca de parcerias público-privadas e princípios da administração pública, julgue o item a seguir.

Para que a administração pública possa celebrar parceria público-privada, antes da celebração do contrato, deverá constituir sociedade de propósito específico, com o objetivo de implantar e gerir a parceira, devendo também ser titular da maioria do capital votante da sociedade a ser constituída.

- () CERTO
() ERRADO

11. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-PA - DEFENSOR PÚBLICO) Um estado da Federação extinguiu a concessão de certo serviço público, por motivo de interesse público, retomando o serviço, ainda durante a concessão, mediante lei autorizativa específica, e após prévio pagamento de indenização.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 8.987/1995, a extinção da concessão ocorreu por

- (A) convalidação.
(B) encampação.
(C) rescisão.
(D) caducidade.
(E) anulação.

12. (AOCP - 2022 - PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO - RS - PROCURADOR) Em relação aos serviços públicos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é legal a cobrança de tarifa de esgoto na hipótese em que a concessionária realize apenas uma — e não todas — das quatro etapas em que se desdobra o serviço de esgotamento sanitário (a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final de dejetos).

() Nos termos da Lei nº 8.987/1995, declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

() Segundo a Lei nº 11.079/2004, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 (dez) anos.

- (A) F – V – F.
(B) F – F – V.
(C) V – V – F.
(D) V – F – V.
(E) V – F – F.

13. (FAURGS - 2022 - TJ-RS - JUIZ SUBSTITUTO) Considere as afirmações abaixo sobre as Parcerias Público-Privadas.

I - É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

II - O prazo de vigência do contrato deve ser compatível com a amortização dos investimentos realizados, não podendo ser inferior a 5 (cinco) nem superior a 30 (trinta) anos, incluindo-se eventual prorrogação.

III - Ainda que se baseie em um contrato de concessão, haverá repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
(B) Apenas II.
(C) Apenas III.
(D) Apenas I e II.
(E) I, II e III.

14. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - IBAMA - ANALISTA ADMINISTRATIVO) Com relação à administração pública e sua organização, julgue o item a seguir.

Os serviços econômicos são aqueles que, embora classificados como serviços públicos, rendem ensejo a que o prestador aufera lucros oriundos de sua execução, tendo esse tipo de atividade fisionomia similar à daquelas de caráter tipicamente empresarial.

- () CERTO
() ERRADO

15. (OBJETIVA - 2022 - CÂMARA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS - AGENTE LEGISLATIVO) De acordo com DI PIETRO, é uma tarefa complexa definir o serviço público, visto que alguns autores adotam conceito amplo e outros preferem conceito restrito. Nas duas hipóteses, combinam-se, em geral, três elementos para sua definição. Sobre esses elementos, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (1) Material.
(2) Subjetivo.
(3) Formal.
() Atividades de interesse coletivo.
() Presença do Estado.
() Procedimento de direito público.
(A) 1 - 2 - 3.
(B) 3 - 2 - 1.
(C) 2 - 3 - 1.
(D) 2 - 1 - 3.
(E) 3 - 1 - 2.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - MPE-TO - PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO)

A respeito do poder de polícia, assinale a opção correta.

- (A) A discricionariedade, um dos atributos do poder de polícia, não está necessariamente presente em todas as suas manifestações.
- (B) O poder de polícia é prerrogativa exclusiva do Poder Executivo, para a garantia do interesse público.
- (C) O poder de polícia difere da atividade de investigação criminal por possuir natureza exclusivamente preventiva.
- (D) A motivação do exercício do poder de polícia, por constituir aspecto discricionário, não é passível de controle judicial.
- (E) Devido às situações de urgência que demandam exercício da autoexecutoriedade do poder de polícia, esse atributo não se sujeita ao devido processo legal.

5. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - ANALISTA JUDICIÁRIO - PSICÓLOGO)

As determinações superiores dirigidas aos servidores públicos subordinados, a menos que sejam manifestamente ilegais, devem ser cumpridas. Essa relação de subordinação entre os agentes públicos configura

- (A) poder de polícia administrativo.
- (B) poder administrativo disciplinar.
- (C) abuso de poder administrativo.
- (D) poder administrativo hierárquico.
- (E) poder administrativo regulamentar.

6. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

O juízo de conveniência e oportunidade pelo administrador público decorre do exercício do poder

- (A) regulamentar.
- (B) de polícia.
- (C) discricionário.
- (D) disciplinar.
- (E) normativo.

7. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-MS - PROCURADOR DO ESTADO)

Entre os poderes da administração pública, encontra-se o poder de polícia, que permite ao Estado restringir determinados direitos ou faculdades do cidadão. Nesse âmbito, os direitos que podem ser restringidos mediante o exercício do poder de polícia incluem o direito

- (A) de acessar livremente cargos públicos, quando ausentes os requisitos legais de preenchimento.
- (B) de propriedade.
- (C) ao acesso a informações ou documentos sobre terceiros, tais como certidões e assentamentos, desde que fundamentadamente.
- (D) de petição.
- (E) de ir e vir, em situação de flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária.

8. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - COREN-SE - TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

Aplicação de sanção administrativa a pessoa qualquer do povo que descumpra normas de vigilância sanitária configura típico exercício do poder administrativo

- (A) disciplinar.
- (B) regulamentar.
- (C) hierárquico.
- (D) de polícia.

9. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-AL - PROCURADOR DO ESTADO)

Na hipótese de o dirigente de órgão público do estado de Alagoas delegar parte de sua competência, o ato de delegação

- (A) será válido mesmo sem publicação em meio oficial.
- (B) abrangerá decisão de recursos administrativos.
- (C) não representará renúncia de sua competência.
- (D) poderá restringir-se à edição de ato de caráter normativo.
- (E) será irrevogável no período da sua concessão.

10. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-PB - PROCURADOR DO ESTADO)

A delegação de poder de polícia em favor de sociedade de economia mista

(A) prestadora de serviço público ou explorada da atividade econômica é viável desde que autorizada por lei.

(B) atuante na iniciativa privada, em concorrência com outras empresas, é viável desde que em igualdade de condições.

(C) é viável mesmo se adotado o regime celetista para as relações de trabalho no âmbito da empresa.

(D) é viável desde que para atos desprovidos de coercibilidade.

(E) é viável desde que para atos meramente preparatórios e instrutórios.

11. (CESGRANRIO - 2016 - ANP - TÉCNICO EM REGULAÇÃO DE PETRÓLEO E DERIVADOS - ESPECIALIDADE GERAL)

Alguns atos administrativos podem ser veiculadores de normas.

Nesse âmbito estão os de competência privativa dos Chefes do Poder Executivo, que são os

(A) editos

(B) decretos

(C) regimentos

(D) provimentos

(E) despachos

12. (CESGRANRIO - 2015 - PETROBRAS - ADVOGADO JÚNIOR)

Um agente público, no exercício regular da sua atividade de fiscalização, autua e interdita posto de gasolina situado no município XX, vinculado ao Estado W.

Esse ato é inerente ao denominado

(A) poder de polícia

(B) dever administrativo

(C) ato discricionário

(D) decreto regulamentar

(E) alvará de agência

13. (CESGRANRIO - 2014 - CEFET-RJ - ARQUIVISTA)

Um ato normativo de iniciativa do Poder Executivo que prescinde de tramitação no Poder Legislativo é denominado de

(A) Exposição de Motivos

(B) Medida Provisória

(C) Memorial Descritivo

(D) Ordem de Serviço

(E) Decreto-Lei

14. (CESGRANRIO - 2014 - EPE - ADVOGADO)

Determinado agente público pratica um ato em fase executória considerado abusivo.

Na teoria dos poderes e deveres dos agentes públicos, o abuso deve incidir sobre atos administrativos, EXCETO os;

(A) discricionários

(B) vinculados

(C) legais

(D) omissivos

(E) comissivos

15. (CESGRANRIO - 2014 - EPE - ADVOGADO)

A Lei no XXXX/00 prevê a aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento de energia elétrica relativa ao consumidor que desenvolva atividade de irrigação e/ou aquicultura. Entretanto, a ANEEL editou, sobre o tema, a Resolução no ZZZZ/01 condicionando tal benefício à adimplência do consumidor. Ocorre que a Empresa DELTA – CRIAÇÃO DE CAMARÕES LTDA, dedicada à aquicultura, pretende fazer uso da lei, o que lhe está sendo vedado pela Empresa Ômega Energia, já que existe um débito que está sendo discutido com relação ao consumo de DELTA.

Nessa situação, a:

(A) Empresa Ômega Energia está correta, já que é prerrogativa da Administração Pública, através das Agências Reguladoras, editar atos gerais e abstratos para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação.

(B) Empresa Ômega agiu corretamente dentro da concepção de que quem pode o mais – cortar a energia do inadimplente – pode o menos – impedir o uso do desconto tarifário.

(C) Resolução da ANEEL traça as diretrizes necessárias ao alcance do benefício da redução tarifária, na independência e atribuição regulamentadora que a lei de regência confere no âmbito do seu ordenamento setorial

(D) Resolução da ANEEL extrapola o âmbito da atuação da agência, mas a Empresa Ômega Energia fica obrigada a ela obedecer, eis que a autarquia é a autoridade competente para disciplinar as tarifas do setor elétrico.

(E) ANEEL exorbitou de seu poder regulamentar, agindo de forma ilegal ao estabelecer requisito não previsto na lei, para se fazer jus ao benefício nela disposto.

7.(QUADRIX-FONOAUDIÓLOGO FISCAL(CREFONO 4)/2021)

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 dispõe que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Com relação à Administração Pública e aos servidores públicos, julgue o item.

As condutas do Estado devem pautar-se pela satisfação das necessidades coletivas, o que traduz o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

- () CERTO
() ERRADO

8.(QUADRIX - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CRESS 18 (SE))/2021)

Acerca do Estado, do governo e da Administração Pública, julgue o item.

O princípio da indisponibilidade do interesse público impede que o agente público atue com a intenção de buscar vantagens individuais.

- () CERTO
() ERRADO

9.(QUADRIX - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CRF RR)/2021)

Julgue o item, relativos aos princípios do direito administrativo.

A supremacia do interesse público sobre o interesse privado é, além de um princípio do direito administrativo, também um princípio geral de direito.

- () CERTO
() ERRADO

10.(SELECON - ANALISTA LEGISLATIVO (CM CUIABÁ)/2021)

Quim é assessor da Câmara Municipal do município BMN e recebe, para análise, projeto de lei que permite a utilização dos bens públicos municipais por particulares, como atividade econômica com intuito de lucro, sem cobrança de qualquer taxa pela municipalidade. Ebe, que é médico com atividade no município, não concorda com esse projeto. Nos termos dos princípios, aplicáveis ao Direito Administrativo, o projeto confronta o princípio da:

- (A) autonomia privada específica
(B) geração vinculada de renda
(C) indisponibilidade do interesse público
(D) legalidade direcionada ao cidadão

11.(CEBRASPE (CESPE) - PROCURADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL/2021/XIV)

O regime jurídico administrativo brasileiro é originado do sistema romano-germânico (civil law). Outro regime jurídico-administrativo existente é o regime jurídico-administrativo anglo-saxão (common law), o qual postula

- (A) a existência de responsabilidade civil do Estado por atos que pratica.
(B) que a descentralização das entidades locais é essencial a esse regime, absorvendo tais entidades a grande maioria dos poderes cometidos à administração central.
(C) a existência da possibilidade de a administração pública criar obrigações jurídicas aos particulares de forma unilateral.
(D) que a legalidade informa a maneira como são produzidos e executados os atos administrativos.
(E) que a fonte primária do direito administrativo é a lei, e não o precedente.

12.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2021)

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, “O interesse público, o interesse do todo, do conjunto social, nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto partícipe da Sociedade [...]”.

A partir dessa afirmativa, marque a opção CORRETA:

(A) O interesse público não é uma faceta dos interesses coletivos, mas apenas o interesse de um todo abstrato.

(B) O interesse público se constitui no interesse do todo, do próprio conjunto social, mas não se confunde com a somatória dos interesses individuais, peculiares de cada qual.

(C) Pode haver um interesse público discordante do interesse de cada um dos membros da Sociedade.

(D) Todo e qualquer interesse do Estado corresponde a um interesse público.

13.(QUADRIX - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CORE TO)/2021)

No que concerne à Administração Pública e a seus poderes, julgue o item.

A Administração Pública corresponde à face do Estado que atua no desempenho da função administrativa, objetivando atender concretamente os interesses coletivos.

() CERTO

() ERRADO

14.(QUADRIX - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CORE TO)/2021)

No que concerne à Administração Pública e a seus poderes, julgue o item.

No sentido subjetivo, a Administração Pública corresponde a um conjunto de funções ou atividades de caráter essencialmente administrativo, consistentes em realizar concreta, direta e imediatamente os fins constitucionalmente atribuídos ao Estado.

() CERTO

() ERRADO

15.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA LEGISLATIVO (ALECE)/ADMINISTRAÇÃO/2021 (E MAIS 15 CONCURSOS)

Considerando que o inadimplemento das obrigações, por culpa do particular, nas contratações realizadas pela administração pública impõe o dever de aplicação de penalidade, assinale a opção correspondente ao princípio caracterizador do regime administrativo que torna obrigatória a efetivação da sanção.

(A) indisponibilidade do interesse público

(B) publicidade

(C) vinculação ao contrato

(D) aderência aos deveres anexos

(E) função social

16.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA LEGISLATIVO (ALECE)/LÍNGUA PORTUGUESA/GRAMÁTICA NORMATIVA E REVISÃO ORTOGRÁFICA/2021)

Regime jurídico administrativo é conceito amplo que pode possuir variados significados, inclusive atingindo indistintamente situações da administração direta e autárquica, característica de direito público, ou das empresas estatais e fundações privadas do Estado, em que o direito privado ganha relevo. Nesse contexto, assinale a opção que corresponde ao princípio distintivo e caracterizador de maior incidência das regras de direito público no regime jurídico administrativo.

(A) boa-fé

(B) segurança jurídica

(C) eticidade

(D) razoabilidade

(E) supremacia do interesse público

17.(CEBRASPE (CESPE) - TÉCNICO LEGISLATIVO (ALECE)/2021)

Considerando-se o entendimento doutrinário acerca do regime jurídico administrativo adotado no Brasil, o Direito Administrativo pressupõe, na bipolaridade antagônica,

(A) liberdade do administrado e autoridade do administrado.

(B) liberdade da Administração e autoridade do Estado.

(C) liberdade do Estado e autoridade da Administração.

(D) liberdade do administrado e autoridade da Administração.

(E) liberdade da Administração e autoridade do administrado.

6. (CESGRANRIO - 2016 - ANP - TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

Um servidor público efetivo, exercendo atividade de motorista de caminhão de propriedade de autarquia federal, em determinado dia, colidiu com o veículo conduzido por uma senhora, causando-lhe danos pessoais e materiais. Foi constatada a culpa do servidor, vez que dirigia embriagado no momento do evento. No âmbito da responsabilidade civil do Estado,

- (A) haverá responsabilidade objetiva do servidor.
- (B) haverá responsabilidade por risco integral da autarquia.
- (C) ocorrerá a responsabilidade subjetiva da autarquia.
- (D) será o servidor objeto de responsabilização, regressivamente.
- (E) terá o servidor de indenizar a vítima por danos materiais, e terá a autarquia de indenizá-la por danos pessoais.

7. (CESGRANRIO - 2014 - EPE - ADVOGADO)

O agente público, após ser condenado por crime cometido contra cidadão, havendo o trânsito em julgado da sentença penal e tendo o Estado pago a indenização à vítima, deve promover a denominada ação de:

- (A) culpabilização
- (B) revisão
- (C) substituição
- (D) regresso.
- (E) sub-rogação

8. (ESAF - 2016 - ANAC - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL - CONHECIMENTOS BÁSICOS - ÁREAS 1, 2, 3, 4 E 5)

Para a configuração da responsabilidade civil do Estado, uma vez que a Constituição Federal prevê que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, exige-se a ocorrência de alguns requisitos, exceto:

- (A) nexa causal entre o *eventus damni* e a conduta do agente público ou do prestador de serviço público.
- (B) ocorrência do dano.
- (C) oficialidade da conduta lesiva.
- (D) culpa exclusiva da vítima.
- (E) ação ou omissão administrativa.

9. (ESAF - 2016 - ANAC - TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

Acerca da responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas abaixo classificando-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) para, ao final, eleger a opção que contenha a sequência correta.

() Segundo a teoria do risco integral, basta a existência do evento danoso e do nexa causal para que surja a obrigação de indenizar para o Estado, admitindo-se, porém, a alegação de excludentes de responsabilidade em sua defesa.

() Toda a administração pública, direta e indireta, está abrangida pelo § 6º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado na modalidade de risco administrativo.

() Há responsabilidade civil objetiva nas empresas que prestam serviço público mesmo em relação aos danos que sua atuação cause a terceiros não usuários do respectivo serviço público.

() O agente causador do dano, cuja conduta foi imputada à pessoa jurídica, a qual está vinculado somente será responsabilizado se for comprovado que ele atuou com dolo ou culpa, ou seja, sua responsabilidade é subjetiva na modalidade culpa comum.

- (A) V, F, V, F
- (B) F, V, F, V
- (C) V, V, F, F
- (D) F, F, F, V
- (E) F, F, V, V

10. (FCC - 2021 - DPE-GO - DEFENSOR PÚBLICO)

A passagem da doutrina da responsabilidade subjetiva para a da responsabilidade objetiva do Estado, na Administração Pública, foi marcada pela teoria da responsabilidade

- (A) por culpa do patrão.
- (B) pela falta do serviço.
- (C) em razão do império.
- (D) por fato de terceiro.
- (E) por nexa de causalidade.

11. (FCC - 2021 - PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP - ANALISTA EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA - BIÓLOGO)

Considere que um servidor municipal, ao efetuar a vistoria de um imóvel, no curso do procedimento de concessão de licença de funcionamento de um restaurante, tenha provocado danos de grande monta nos revestimentos e acabamentos em decorrência da realização de testes de higidez feitos de forma inadequada. Diante desse cenário, o

- (A) município possui responsabilidade objetiva pelos prejuízos sofridos pelo particular, descabendo responsabilidade civil do servidor que tenha ocasionado o dano, salvo na hipótese de conduta dolosa.
- (B) servidor responde administrativamente por potencial infração disciplinar e pode ser acionado por perdas e danos, não havendo, contudo, responsabilidade civil do município pelos prejuízos sofridos pelo particular.

(C) município poderá ser responsabilizado civilmente pelos prejuízos sofridos pelo particular, desde que comprovado o dolo ou culpa do servidor, ou conduta abusiva da Administração.

(D) município poderá ser responsabilizado pelos prejuízos causados pelo servidor, exclusivamente em caráter subsidiário, caso o patrimônio deste não seja suficiente para suportar a indenização correspondente.

(E) município é responsável pelos danos comprovadamente sofridos pelo proprietário em razão da ação do servidor, independente da comprovação de culpa ou dolo do mesmo.

12. (FCC - 2019 - METRÔ-SP - ANALISTA DESENVOLVIMENTO GESTÃO JÚNIOR – ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS)

Considere a seguinte situação.

Em uma determinada metrópole, há duas linhas de trem metropolitano: uma é operada por uma empresa privada, mediante regime contratual de concessão, e o sistema de condução dos trens é totalmente automatizado, sem maquinistas ou operadores manuais; na outra linha, gerida por empresa estatal, os trens são conduzidos por maquinistas.

Em caso de ocorrência de acidentes envolvendo usuários em cada uma dessas linhas, é correto concluir que será aplicado o regime de responsabilidade

- (A) subjetivo, em ambas as situações.
- (B) objetivo, em ambas as situações.
- (C) subjetivo na linha gerida pela concessionária e objetivo na linha gerida pela empresa estatal.
- (D) objetivo na linha gerida pela concessionária e subjetivo na linha gerida pela empresa estatal.
- (E) integral, em ambas as situações.

13. (FCC - 2019 - TRF - 3ª REGIÃO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA)

Julio exerce cargo público efetivo de motorista em uma autarquia federal e, durante o exercício funcional, envolveu-se em acidente que causou danos patrimoniais a terceiros. Nesse caso, no tocante ao regime de responsabilidade civil, o referido servidor

- (A) responderá de forma objetiva e solidária com a autarquia.
- (B) não responderá em hipótese alguma, pois se trata de hipótese de responsabilidade integral da União.
- (C) responderá de forma subjetiva apenas se incluído no polo passivo da ação pelo terceiro afetado.
- (D) responderá de forma objetiva e subsidiária em relação à autarquia.
- (E) responderá de forma subjetiva e por meio de ação regressiva.

14. (FCC - 2019 - CÂMARA DE FORTALEZA - CE - CONSULTOR TÉCNICO JURÍDICO)

Na garagem da Câmara Municipal de Fortaleza, um manobrista, recrutado por empresa contratada para prestação de serviços à Edilidade, atropelou um servidor da Casa, causando-lhe danos físicos que lhe deixaram sequelas permanentes. Esse servidor ajuizou ação indenizatória em face do Município de Fortaleza, com base no art. 37, § 6º da Constituição Federal, incluindo também no polo passivo da demanda o indigitado manobrista. Em vista da situação, e à luz da legislação e da jurisprudência dominante, é correto concluir que

- (A) a ação deveria ter sido proposta em face da Câmara Municipal, pois esta possui personalidade judiciária.
- (B) a pretensão é improcedente, pois a responsabilidade prevista no art. 37, § 6º somente se aplica em favor de terceiros e não de servidores públicos.
- (C) não se aplica o art. 37, §6º em ilícitos civis de trânsito, mas apenas o regime de responsabilidade constante do Código Civil.
- (D) a ação deveria ter sido proposta em face da empresa contratada, pois a Câmara somente responde de forma subsidiária, em vista da concessão desse serviço público.
- (E) o manobrista é parte ilegítima para figurar na demanda, visto que a responsabilidade prevista no art. 37, § 6º não abrange a responsabilidade pessoal do agente causador do dano, que responde apenas em caráter regressivo e pelo regime de responsabilidade subjetiva.

15. (FCC - 2019 - CÂMARA DE FORTALEZA - CE - AGENTE ADMINISTRATIVO)

Uma viatura policial do Estado, em perseguição a um criminoso, atropelou um pedestre que se encontrava na calçada. Nesse caso, acerca do regime de responsabilidade do Estado, aplica-se a responsabilidade

- (A) objetiva, sujeita a pretensão de reparação à prescrição quinquenal.
- (B) subjetiva, sendo a pretensão de reparação de natureza imprescritível.
- (C) subsidiária, sujeita a pretensão de reparação à prescrição decenal.
- (D) objetiva, sujeita a pretensão de reparação à prescrição trienal.
- (E) integral, sujeita a pretensão de reparação à prescrição vintenária.

16. (FCC - 2019 - PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP - AGENTE FISCAL DE POSTURAS)

A incorreta manutenção no sistema de esgoto de determinado município causou o rompimento da tubulação e vazamento de efluentes, que avançaram para as instalações de um estabelecimento comercial, ensejando a ne-